



SUMÁRIO EXECUTIVO

DINÂMICAS DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL

**CADEIAS DE FRUTICULTURA
NO VALE DO SÃO FRANCISCO (PE/BA)
E NA SERRA GAÚCHA (RS)**



OXFAM
Brasil

FICHA TÉCNICA

Pesquisadoras Responsáveis

Cynthia Molina, Fernanda Pires e Juliana Teixeira

Coordenação

Ravenna Alves

Revisão

Julianne Nestlehner

Diagramação

Raones Ramos

Publicado em 2026

*O apoio de doadores torna possível a realização deste relatório e de outros trabalhos da Oxfam Brasil. Para contribuir com qualquer valor, acesse: **doe.oxfam.org.br***



OXFAM
Brasil



/oxfambrasil

ÍNDICE

O QUE A PESQUISA REVELOU.....	6
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	8
O TRABALHO RURAL NO BRASIL: UMA REALIDADE MARCADA PELA PRECARIEDADE.....	10
O VALOR QUE NÃO CHEGA A QUEM PRODUZ.....	10
OS TERRITÓRIOS E AS CADEIAS: MANGA, UVA E MAÇÃ.....	10
A SAZONALIDADE: TRABALHAR E DEPOIS PARAR	11
DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA: QUEM CARREGA O PESO DAS CADEIAS.....	11
CONDIÇÕES DE TRABALHO E RISCOS À SAÚDE	12
A MECANIZAÇÃO AVANÇA E MUDA QUEM CABE NO CAMPO.....	12
ORGANIZAÇÃO SINDICAL: LIMITES E OPORTUNIDADES.....	12
ALÉM DOS DADOS: O QUE AS ENTREVISTAS EXPÕEM	13
O CAMPO QUE SUSTENTA O BRASIL PODE SER DIFERENTE.....	14



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

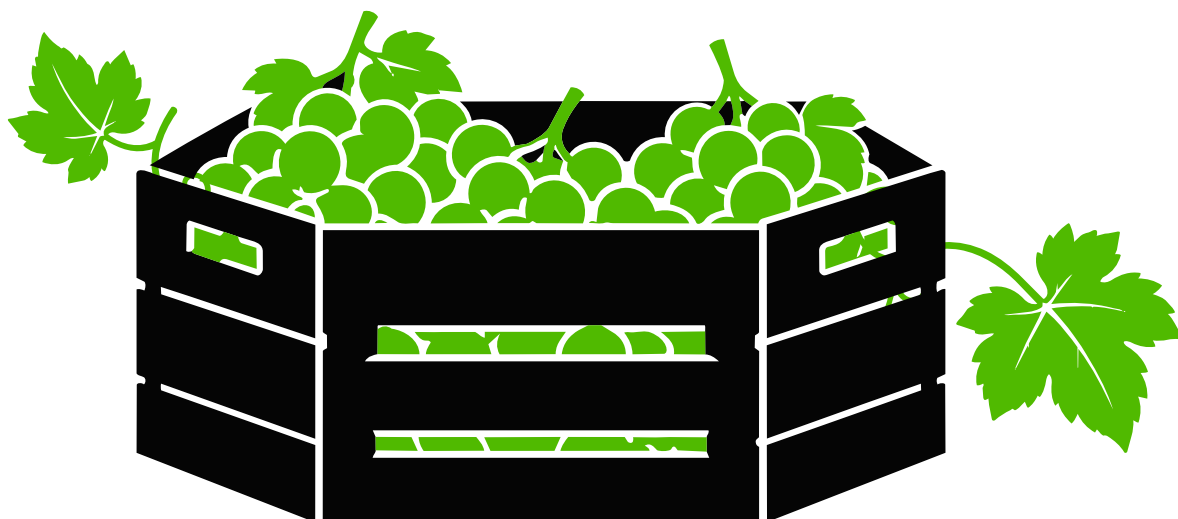
UMA CENA DO CAMPO BRASILEIRO

São seis da manhã. Numa fazenda de uva no semiárido de Pernambuco, uma mulher negra deixa a casa antes de o sol nascer. Ela trabalha no *packing house* — o galpão onde a uva é lavada, selecionada e embalada. A meta do dia é alta. Ela tem carteira assinada, mas seu contrato dura apenas alguns meses por ano. Quando a safra acabar, o vínculo se encerra.

A HISTÓRIA DELA NÃO É EXCEÇÃO. É O PADRÃO.

Este sumário apresenta os principais resultados da atualização do Diagnóstico do Mercado de Trabalho Assalariado Rural no Brasil com foco nas cadeias produtivas de manga, uva e maçã nos territórios do Vale do São Francisco (Pernambuco e Bahia) e da Serra Gaúcha (Rio Grande do Sul). A pesquisa combinou dados de fontes nacionais oficiais — RAIS, CAGED, PNAD Contínua, Censo Agropecuário e PAM — com entrevistas realizadas com trabalhadoras, trabalhadores, lideranças sindicais e representantes de federações e confederações.

Foi elaborado para subsidiar organização sindical, negociação coletiva e formulação de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de trabalho na fruticultura brasileira.



O QUE A PESQUISA REVELOU

1) A INFORMALIDADE CONTINUA SENDO UMA SAÍDA — MAS É UMA ARMADILHA

No setor agropecuário como um todo, 69,2% dos trabalhadores estão na informalidade, quase o dobro da média nacional. Parte deles faz uma escolha forçada: trabalhar em “turmas” informais, sem carteira, porque o salário no curto prazo é maior. Quem trabalha registrado ganha em média R\$ 1.656,00 por mês; quem vai para a turma pode receber um valor maior, mas sem INSS, sem férias, sem nada. A formalização só funciona quando os salários formais são competitivos.

* * *

“O pessoal prefere trabalhar com turmas porque recebe mais, mesmo sem proteção. Visualiza o salário no final do mês, mas não visualiza que fica sem INSS, sem férias, sem nada.”

Dirigente sindical — Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco

* * *

2) RAÇA PESA MAIS QUE GÊNERO — E QUANDO OS DOIS SE SOMAM, A DESIGUALDADE É AINDA MAIOR

No setor agropecuário, a mulher branca ganha em média R\$ 2.443,00 por mês, mais do que o homem pardo (R\$ 1.781,00) e o homem preto (R\$ 1.786,00). Ou seja: ser negro pesa mais do que ser mulher na determinação do salário. A pior situação é a interseção dos dois fatores: a mulher preta recebe R\$ 1.449,00, 42% a menos que o homem branco (R\$ 2.494,00). Raça e gênero não operam separados; eles se combinam e aprofundam desvantagens.

* * *

“Eles batem a meta e vão embora mais cedo. A gente fica o dia todo embalando.”

Trabalhadora rural — Cadeia de Uva, Vale do São Francisco

* * *





3) TRABALHAR NO CAMPO ADOECE — MAS QUASE NENHUM CASO É REGISTRADO

Entre janeiro e outubro de 2025, foram registradas 400 Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs) nos dois territórios. O número real é muito maior: a exposição a agrotóxicos, o frio extremo na Serra Gaúcha, o trabalho sem pausas por metas agressivas e a falta de equipamentos adequados são riscos cotidianos que raramente chegam aos dados oficiais. Certificações e auditorias prometem proteção, mas são preparadas para as vistorias, não para o dia a dia.

* * *

“De cada 50 pessoas intoxicadas, só uma tem registro. No posto de saúde não colocam como intoxicação.”

Dirigente sindical — Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco

* * *

4) TER CARTEIRA ASSINADA NÃO GARANTE ESTABILIDADE — SEIS EM CADA DEZ CONTRATOS ACABAM ANTES DO FIM DO ANO

Das 117.341 contratações formais registradas no Vale do São Francisco (BA/PE) e na Serra Gaúcha (RS), em 2024, nas cadeias de manga, uva e maçã, apenas 39,2% ainda estavam ativas em dezembro. Mais de 71 mil contratos foram encerrados durante o ano. Na cadeia de maçã (Serra Gaúcha), 80% dos vínculos são temporários; na de uva (Serra Gaúcha), 90%. O problema não é apenas a informalidade — é que a própria formalização foi construída para durar pouco.

* * *

“Muitas pessoas trabalham três, quatro meses e já saem. Poucas ficam muito tempo na mesma empresa — elas vão rodando entre uma e outra.”

Dirigente sindical — Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco

* * *

5) A PRECARIZAÇÃO SEGUE CICLOS PREVISÍVEIS — E ISSO É UMA OPORTUNIDADE

A sazonalidade não é aleatória. Na Serra Gaúcha, as contratações explodem em janeiro e fevereiro; os desligamentos se concentram em março. No Vale do São Francisco, o pico vai de julho a outubro. A mecanização avança e reduz postos: relatos indicam queda de mais de 40% no emprego na cadeia de manga. Esses ciclos são conhecidos, e podem ser antecipados por políticas públicas e ações sindicais mais estratégicas.

* * *

“A máquina faz em uma semana o que 100 trabalhadores fariam em um mês. Se você for colocar na manga, reduziu mais de 40% os empregos pela própria mecanização.”

Dirigente sindical — Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco

* * *



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

QUEM SÃO ESSAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES?

A força de trabalho agropecuária primária no Brasil soma cerca de 7,97 milhões de pessoas, das quais 81,1% são homens negros (pardos e pretos) e 63,5% são pessoas com baixa escolaridade — mais da metade não concluiu o ensino fundamental.

Esse perfil mostra que as pessoas que sustentam a produção agrícola brasileira são exatamente aquelas que historicamente têm menos acesso a oportunidades e proteção. A desigualdade salarial é estrutural:

GRUPO	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)
Homem branco	R\$ 2.494
Homem pardo	R\$ 1.781
Homem preto	R\$ 1.786
Mulher branca	R\$ 2.443
Mulher parda	R\$ 1.663
Mulher preta	R\$ 1.449
84,2	15,8

Fonte: PNAD Contínua, 2025. Setor agropecuário, trabalhadoras e trabalhadores assalariados.

Os dados revelam que raça é o marcador mais discriminante no trabalho rural — ainda mais do que gênero. Uma mulher branca ganha em média R\$ 2.443,00 por mês, mais do que um homem pardo (R\$ 1.781,00) ou um homem preto (R\$ 1.786,00). Mas quando raça e gênero se somam, a desvantagem se aprofunda: a mulher preta recebe R\$ 1.449,00, o menor rendimento médio entre todos os grupos.

A escolaridade é outro marcador estruturante: mais da metade dos trabalhadores não concluiu o ensino

fundamental. Essa concentração nos níveis mais baixos de instrução formal restringe oportunidades e perpetua inserções em ocupações pouco reconhecidas, mal remuneradas e com maior exposição ao risco. A concentração nos níveis mais baixos de escolaridade é expressiva: pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto somam 52,8% dos ocupados. Apenas 4% têm curso superior completo. Esse padrão reforça a persistência de baixos rendimentos, menor mobilidade ocupacional e maior exposição a ocupações de alto risco e baixo reconhecimento social.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	TRABALHADORES (MIL)	% DO TOTAL
Sem instrução	518	6,5%
Fundamental incompleto	3.690	46,3%
Fundamental completo	777	9,8%
Médio incompleto	665	8,3%
Médio completo	1.881	23,6%
Superior ou mais	437	5,5%

Fonte: PNAD Contínua, 3º trimestre de 2025. Setor agropecuário primário.

AS PESSOAS QUE TÊM ENSINO MÉDIO INCOMPLETO NÃO TÊM AS MESMAS OPORTUNIDADES. ELAS NÃO CONSEGUEM SE SOBRESSAIR E FICAM SEMPRE NO CANTO, COMO CADASTRO RESERVA.

Trabalhadora rural — Cadeia da Maçã,
Serra Gaúcha



Sobre o perfil etário, a força de trabalho rural concentra-se nas faixas centrais da vida laboral: trabalhadores entre 25 e 54 anos respondem por 63% dos ocupados. A presença de pessoas com 65 anos ou mais ainda é relevante entre os autônomos (6,4%), o que reflete permanência no trabalho por ausência de aposentadoria garantida — e não por escolha. A faixa de 14 a 17 anos (2,2% do total) merece atenção específica como indicador de trabalho infantil ou irregular, especialmente fora da categoria de aprendiz.

FAIXA ETÁRIA	TRABALHADORES (MIL)	% DO TOTAL
14–17 anos *	179	2,2%
18–24 anos	879	11,0%
25–34 anos	1.538	19,3%
35–44 anos	1.755	22,0%
45–54 anos	1.760	22,1%
55–64 anos	1.273	16,0%
65 anos ou mais	585	7,3%

Fonte: PNAD Contínua, 3º trimestre de 2025.

O TRABALHO RURAL NO BRASIL: UMA REALIDADE MARCADA PELA PRECARIEDADE

A agropecuária emprega cerca de 8 milhões de pessoas no Brasil, pouco menos de 8% de todos os trabalhadores do país. Mas esse número esconde uma realidade difícil: quase sete em cada dez dessas pessoas trabalham na informalidade, ou seja, sem carteira assinada ou sem qualquer proteção formal. Isso significa que a maioria desses profissionais não tem acesso a direitos básicos como férias remuneradas, 13º salário, seguro-desemprego ou aposentadoria garantida.

TIPO DE VÍNCULO	TRABALHADORES (MIL)	% DO TOTAL
Com carteira assinada (formal)	1.569	19,7%
Sem carteira assinada (informal)	2.040	25,6%
Autônomos sem registro (conta própria)	3.470	43,5%
Outros formais (empregadores, CNPJ)	889	11,2%

Fonte: PNAD Contínua, 3º trimestre de 2025.

A precarização não é apenas um problema do presente. Ela é também uma hipótese sobre o futuro. No setor agropecuário, 52% dos trabalhadores assalariados não contribuem para a Previdência Social — e entre autônomos e empregadores, esse percentual sobe para 56,3%. Para um setor marcado por atividades fisicamente exigentes, exposição a agrotóxicos e alta rotatividade, isso significa que a maioria das pessoas que sustentam a fruticultura brasileira não terá cobertura quando adoecer, ficar grávida ou envelhecer.

O VALOR QUE NÃO CHEGA A QUEM PRODUZ

A uva produzida no Vale do São Francisco é comercializada por R\$ 4.580,00 a tonelada — o mais alto entre as três cadeias analisadas. A maçã da Serra Gaúcha chega a R\$ 3.170,00 por tonelada. Mas a remuneração média das pessoas que trabalham nessas cadeias oscila entre R\$ 1.151,00 e R\$ 1.551,00 por mês — e isso apenas durante a safra. O contraste entre o valor gerado pela produção e o que chega a quem trabalha é uma das mais relevantes denúncias deste diagnóstico.

A produção das três cadeias somou quase 4,66 milhões de toneladas, em 2024, com valor total superior a R\$ 15 bilhões. Manga e uva, cada uma com 6,5% do volume total da fruticultura brasileira, ocupam posições

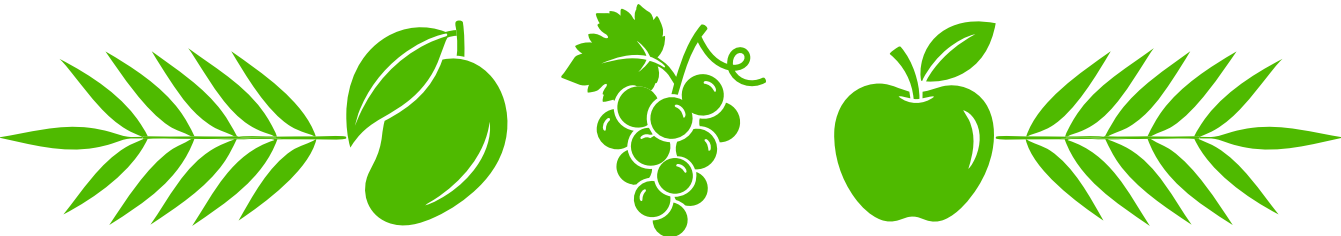
relevantes tanto em escala quanto em valor. A cadeia de maçã responde por 3,6% do volume, mas apresentou valorização acelerada (+28% em 2024). O dinamismo econômico das cadeias não se traduz, por si só, em melhores condições de trabalho. As duas lógicas caminham em rotas separadas.

OS TERRITÓRIOS E AS CADEIAS: MANGA, UVA E MAÇÃ

A pesquisa analisou dois territórios com diferentes características, mas com um ponto em comum: a fruticultura como atividade central e o trabalho sazonal como realidade dominante.

O Vale do São Francisco, nos estados de Pernambuco e Bahia, é um polo de fruticultura irrigada no semiárido. Concentra as cadeias de manga e de uva, com forte inserção em mercados externos. O território registrou 78.575 vínculos formais de trabalho em 2024, dois terços do total da pesquisa.

A Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, tem tradição secular na produção de uva e maçã, com grande integração à agroindústria de vinhos. O município de Vacaria centraliza a maior parte do emprego formal na cadeia de maçã. O território registrou 38.766 vínculos formais em 2024.



CADEIA — TERRITÓRIO	TOTAL DE VÍNCULOS	ATIVOS EM 31/DEZ	% SAZONAL	REMUNERAÇÃO MÉDIA
Maçã — Serra Gaúcha	34.263	6.786	80,2%	R\$ 1.551,00
Uva — Serra Gaúcha	4.503	440	90,2%	R\$ 1.151,00
Manga — Vale do São Francisco	21.835	11.173	48,8%	R\$ 1.498,00
Uva — Vale do São Francisco	56.740	27.559	51,4%	R\$ 1.411,00
TOTAL GERAL	117.341	45.958	60,8%	R\$ 1.458,00

Fonte: RAIS 2024 — Ministério do Trabalho e Emprego.

A SAZONALIDADE: TRABALHAR E DEPOIS PARAR

O padrão de contratação intensa em alguns meses e de dispensa em outros — a sazonalidade — é o traço mais marcante do trabalho nas cadeias analisadas. Na Serra Gaúcha, as contratações explodem em janeiro e fevereiro, e os desligamentos se concentram em março. No Vale do São Francisco, o pico se dá entre julho e outubro.

Essa lógica tem efeitos profundos na vida das trabalhadoras e trabalhadores: períodos de intensa atividade se alternam com meses sem renda garantida, forçando muitos a circular entre empregos, regiões e até países.

Contratos de três a cinco meses interrompem trajetórias contributivas e impedem a formação de histórico previdenciário contínuo. Na prática, trabalhadores que passam anos no campo, safra após safra, podem chegar à velhice sem direito à aposentadoria. A formalização sem estabilidade não garante proteção social plena — e esse é um dos nós mais críticos do mercado de trabalho rural brasileiro.

DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA: QUEM CARREGA O PESO DAS CADEIAS

A divisão do trabalho entre homens e mulheres é clara e não é natural, ela é construída e mantida pelas próprias empresas. Enquanto homens ficam em funções com maior autonomia e possibilidade de ganhos adicionais por produtividade, mulheres permanecem em funções contínuas, mais mal remuneradas e com jornadas que se estendem até o fim do dia.

**DEM MUITA GENTE DO MATO GROSSO E DO PARAGUAI.
FICAM NA SAFRA E DEPOIS VÃO EMBORA, AÍ VOLTAM
DE NOVO QUANDO COMEÇA OUTRA ETAPA.**

Trabalhadora rural — Cadeia de Maçã,
Serra Gaúcha



A UVA É MAIS SENSÍVEL, ENTÃO A MAIOR PARTE DO TRABALHO É FEITO POR MULHERES, PRINCIPALMENTE NO RALEIO E NO EMBALAMENTO.

Dirigente sindical — Cadeia de Uva,
Vale do São Francisco

Nos territórios pesquisados, a força de trabalho no Vale do São Francisco é majoritariamente negra — pardos e pretos somam mais de 82% na manga e 77% na uva. Na Serra Gaúcha, há presença significativa de trabalhadores indígenas (21,4% na cadeia de maçã), possivelmente migrantes sazonais. Em ambos os territórios, trabalhadores brancos recebem salários maiores. Na cadeia de manga, por exemplo, a remuneração média de trabalhadores brancos é R\$ 1.861,00, contra R\$ 1.459,00 entre pardos e R\$ 1.395,00 entre pretos. Essa hierarquia racial nos salários persiste mesmo dentro de um setor já marcado por baixos rendimentos e alta precarização.

Nas cadeias analisadas, as mulheres têm presença mais expressiva na cadeia de uva (46,6% dos vínculos) e são 32,5% da força de trabalho na de manga, ganhando em média R\$ 93,47 a menos por mês que os homens — mesmo onde são numericamente relevantes.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E RISCOS À SAÚDE

Trabalhar no campo adoece, mas raramente isso aparece nos números oficiais. As comunicações de acidente de trabalho registradas nos dois territórios entre janeiro e outubro de 2025 são apenas a ponta de um iceberg. As entrevistas revelam uma subnotificação sistemática: intoxicações por agrotóxicos, infecções recorrentes, adoecimentos musculares e efeitos do calor e do frio extremo raramente chegam aos registros formais. Petrolina concentrou 195 CATs e Vacaria, 119 — mas 13 dos 21 municípios analisados não registraram nenhum caso.

A GENTE TRABALHA COM MUITO VENENO. TEM MUITA INFECÇÃO, MUITA COCEIRA, PROBLEMA DE SAÚDE MESMO

Trabalhadora rural — Cadeia de Uva,
Vale do São Francisco

A organização do trabalho por metas intensifica os riscos. Quando há produção a cumprir, pausas desaparecem — inclusive para água e banheiro — para alcançar

e extrapolar metas que se reverterem em remuneração adicional. Na Serra Gaúcha, a exposição ao frio extremo (com temperaturas que chegam a -8 ou -9 graus) é um fator cotidiano de adoecimento. No Vale do São Francisco, a exposição a agrotóxicos é permanente e pouco monitorada. Certificadoras e auditorias prometem proteção, mas entrevistados relatam que as empresas “arrumam tudo antes” das visitas — a realidade do dia a dia é outra.

DE CADA 50 PESSOAS INTOXICADAS, SÓ UMA TEM REGISTRO. NO POSTO DE SAÚDE NÃO COLOCAM COMO INTOXICAÇÃO. AS PESSOAS TÊM ALERGIAS FORTÍSSIMAS E FICAM IMPOSSIBILITADAS DE TRABALHAR — MAS O NEXO CAUSAL NÃO É RECONHECIDO, E A PESSOA FICA SEM CONSEGUIR SUSTENTAR A SI MESMA.

Dirigente sindical — Cadeias de Uva e Manga,
Vale do São Francisco

A MECANIZAÇÃO AVANÇA E MUDA QUEM CABE NO CAMPO

A mecanização avança nas cadeias analisadas e não é um fenômeno neutro. Segundo relatos, na cadeia de manga a automação reduziu mais de 40% dos postos de trabalho. Uma máquina faz em uma semana o que 100 trabalhadores fariam em um mês. Esse processo é estruturalmente desigual: o acesso às funções de operação de máquinas é restrito e concentra-se principalmente entre homens. Mulheres permanecem nas etapas mais intensivas em trabalho manual — que tendem a ser justamente as últimas a serem mecanizadas, por exigirem delicadeza.

Ao mesmo tempo, a mecanização reforça a competição por vagas entre trabalhadores com menor qualificação formal, ampliando a vulnerabilidade de quem já está em posições mais expostas. A informalidade via “turmas” pode se intensificar como alternativa para trabalhadores deslocados, aprofundando o círculo vicioso entre saída do emprego formal, perda de proteção e maior exposição ao risco.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL: LIMITES E OPORTUNIDADES

A agropecuária tem taxa de sindicalização (14,8%) acima da média nacional (8,9%); entretanto essa taxa vem caindo. O principal problema não é a falta de sindicatos,



e sim a forma como o trabalho é organizado: contratos temporários de dois a seis meses, alta rotatividade e trabalhadores que circulam entre regiões dificultam a criação de vínculos duradouros com as entidades sindicais.

Os dados permitem entender por que a sindicalização no setor enfrenta limites estruturais mesmo mantendo-se acima da média nacional. A tabela abaixo combina a composição do setor com as taxas de sindicalização nacionais por posição na ocupação, revelando um descompasso importante: os grupos com menor taxa de sindicalização são exatamente os que têm maior peso no setor agropecuário.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	TRABALHADORES NO SETOR (MIL)	% DO SETOR AGROPECUÁRIO	TAXA DE SINDICALIZAÇÃO (BRASIL)
Conta própria (com e sem CNPJ)	3.746	43,5%	5,1%
Empregado privado sem carteira	2.040	25,6%	3,8%
Empregado privado com carteira	1.569	19,7%	11,2%
Total setor agropecuário	7.968	100%	14,8%

Fonte: PNAD Contínua 3T2025 (composição do setor) e Agência de Notícias IBGE, nov. 2025 (taxas de sindicalização).

O dado central é que mais de dois terços do setor (conta própria + sem carteira = 69,1%) estão em categorias onde a sindicalização nacional não ultrapassa 5,1%. Somente os empregados com carteira assinada, que são apenas 19,7% do setor, apresentam taxa relevante (11,2%). Isso significa que ampliar a formalização com salários competitivos não é apenas uma pauta de direitos: é também uma estratégia para ampliar a base sindical.

QUANDO ELAS TRABALHAM POR ESSE PERÍODO CURTO, COM SALÁRIO JÁ REDUZIDO, NÃO QUEREM CONTRIBUIR PARA O MOVIMENTO SINDICAL. A GENTE ESCUTA MUITO: VOU FICAR SÓ UM PERÍODO CURTO; SE EU FICAR EFETIVA, AÍ SIM CONTRIBUO.

Dirigente sindical — Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

Por ter componentes territoriais, cíclicos e concentrados existem oportunidades para a ação coletiva e para políticas públicas mais estratégicas. Municípios como Petrolina, Juazeiro, Casa Nova, Vacaria e Bento Gonçalves concentram a maior parte do emprego formal e das movimentações de contratação e desligamento. Uma atuação sindical focada nesses polos, planejada de acordo com o calendário da safra, pode ter efeito multiplicador importante.

Há também uma oportunidade relevante na própria dinâmica da formalização: trabalhadores com carteira assinada apresentam taxa de sindicalização de 11,2%, contra 3,8% entre os sem carteira. Políticas que ampliem a formalização e tornem os salários formais competitivos, reduzindo a atratividade das “turmas” informais, podem ser vetores simultâneos de maior proteção e maior densidade sindical. O problema não é apenas a informalidade: é que a formalidade no setor rural ainda não garante estabilidade suficiente para ancorar a organização coletiva.

A interseccionalidade — a combinação de gênero e raça como marcadores estruturantes das desigualdades — não deve ser tratada como agenda secundária. Ela é central. Políticas de rendimento, de acesso a direitos e de representação coletiva que não reconheçam que mulheres negras estão na posição mais vulnerável dessas estruturas serão sempre insuficientes. O campo promissor é aquele em que o trabalho é protegido, reconhecido e bem remunerado, independentemente de quem o faz.

ALÉM DOS DADOS: O QUE AS ENTREVISTAS EXPÕEM

As bases de dados oficiais capturam o trabalho formal. Mas a experiência vivida nos campos, galpões e *packing houses* não aparece integralmente nelas. As oito entrevistas realizadas com trabalhadoras, trabalhadores, lideranças de base e representantes sindicais revelaram dimensões que os registros quantitativos não capturam:

- a pressão por metas que elimina pausas e compromete a saúde;
- as infecções recorrentes entre mulheres que passam horas em pé em locais sem banheiro adequado;
- o deslocamento diário de até uma hora entre moradia e trabalho em municípios como Petrolina e Juazeiro;
- e as piadas e insinuações que tornam o ambiente de trabalho hostil para mulheres.



Os relatos também mostram que as desigualdades de gênero não são percebidas apenas como dados — elas são vividas como injustiça. Mulheres que chegam em casa às 21h, depois de um dia exaustivo, ainda têm o trabalho doméstico pela frente. A dupla jornada limita o acesso à formação, à participação sindical e à ascensão profissional — reproduzindo, de dentro das próprias casas, as hierarquias que também organizam o trabalho no campo.

PELA ROTINA PESADA, A GENTE SABE QUE VAI PARA O CAMPO, TRABALHA ATÉ UMA MÉDIA DE 16 HORAS. QUEM TRABALHA COM PACKING HOUSE CHEGA EM CASA ÀS 9 DA NOITE. NÃO TEM MAIS ÂNIMO PARA ESTUDAR — PORQUE TAMBÉM TEM A CASA, OS FILHOS, O MARIDO, TODAS AS TAREFAS DOMICILIARES PARA DAR CONTA

Dirigente sindical — Cadeias de Uva e Manga,
Vale do São Francisco

O CAMPO QUE SUSTENTA O BRASIL PODE SER DIFERENTE

A trabalhadora do início deste texto — e os milhões de pessoas como ela — não precisa continuar nessa situação. O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas do mundo. As cadeias de manga, uva e maçã movimentam bilhões de reais por ano. Mas as pessoas que fazem isso acontecer vivem, em sua maioria, com contratos que duram meses, salários próximos ao mínimo e pouca proteção para quando adoecerem ou envelhecerem.

A precarização no trabalho rural não é uma inevitabilidade. Ela é produzida por escolhas — de como contratar, pagar e organizar a produção.

E PODE SER TRANSFORMADA POR OUTRAS ESCOLHAS: DE POLÍTICAS PÚBLICAS, DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DE EXIGÊNCIAS ÀS EMPRESAS AO LONGO DE TODA A CADEIA PRODUTIVA.



OXFAM

Brasil

OXFAM BRASIL

Av. Angélica, 2118 – 11º andar
Consolação, São Paulo/SP – Brasil – CEP 01228-200
Tel. (11) 3811 0400

www.oxfam.org.br